

Minas Tênis Náutico Clube

Relatório Anual | 2023



Relatório Anual | 2023



**minas tênis
náutico clube**

Conselho Deliberativo

Presidente

João Lúcio Almeida de Mello

Vice-presidente

Antonio Lage Filho

Primeiro Secretário

Nilson Luiz Labruna

Diretoria

Presidente

Carlos Henrique Martins Teixeira

Vice-presidente

Wagner Furtado Veloso

Diretor Financeiro

Alexandre Abdala Miranda

Diretor Secretário

Paulo Fernando Cintra de Almeida

Diretores Gerais

Eduardo Henrique

Jorge Bachur Guimarães

Roger Cançado Rohlfs

Diretor Adjunto

José de Fabrino Braga Neto

Ricardo Laborne Mattioli

Thais Paiva Moraes

Comissão Fiscal

Efetivos

Anderson Lages Diniz

José Roberto da Aparecida Lopes

Paulo César dos Santos

Suplentes

Dilson Cosme Ramos

Matheus Rodrigues de Carvalho Aquino

Raquel Miranda Coutinho

Superintendente Executivo

Yuri Costa Dolabella

Índice

Mensagem da Diretoria	9
Relatório de Atividades	10
Balancos Patrimoniais	21
Demonstrações do Resultado	23
Demonstrações do Resultado Abrangente	24
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	25
Demonstrações do Fluxo de Caixa	26
Demonstrações do Valor Adicionado	27
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	28
Parecer da Comissão Fiscal	62
Análise dos Principais Grupos do Balanço	63

Mensagem da Diretoria

A Diretoria do Minas Tênis Náutico Clube apresenta ao Conselho Deliberativo, conforme estabelecido no estatuto social, o Relatório Anual 2023, composto por Relatório de Atividades e Demonstrações Financeiras.

Destacamos os principais números do balanço que refletem a gestão financeira equilibrada e responsável do Clube. Os recursos operacionais totalizaram R\$ 24.110 mil, e os custos e despesas operacionais foram da ordem de R\$ 18.369 mil, gerando um resultado, antes das receitas e despesas financeiras, de R\$ 5.741 mil. Depois do resultado financeiro líquido, o superávit líquido do exercício ficou em R\$ 6.672 mil. O caixa líquido proveniente das atividades operacionais alcançou R\$ 9.144 mil. Assim, foi possível fazer investimentos no ativo imobilizado e intangível no valor de R\$ 7.146 mil.

Os registros contábeis do período foram auditados pela EY Auditores Independentes e analisados e aprovados pela Comissão Fiscal do Náutico.

Agradecemos aos conselheiros, associados, parceiros e colaboradores pelo apoio e pela confiança, que, mais uma vez, foram fundamentais para o sucesso do Clube em 2023. Juntos, estamos promovendo o desenvolvimento do Minas Náutico como polo de lazer e entretenimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Com os cumprimentos de



Carlos Henrique Martins Teixeira

Presidente

Relatório de Atividades

O primeiro ano de gestão do triênio 2023/2025 no Minas Náutico foi marcado pelo investimento de espaços e na expansão das atividades de lazer social, esportivas e educacionais para os sócios. Entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, foram registrados 297.360 acessos ao Clube, crescimento de 32,09% comparado ao ano de 2022 (225.112 acessos).

Cada vez melhor

Sempre com o objetivo de garantir mais conforto e comodidade aos associados, são executadas melhorias constantes na infraestrutura do Clube por meio de manutenções preventivas e corretivas.

Em 2023, o Clube deu seguimento à implementação da 3ª etapa do Plano Diretor do Minas Náutico (PDMN), com a construção, entre maio e setembro, de seis quadras de esportes de areia com arquibancada e vista para a Lagoa dos Ingleses. Ao todo, são 2.200 m² de quadras e 515 m² de arquibancada, com cinco níveis que acomodam até 950 pessoas.

Destacamos, ainda, a ampliação do restaurante com novo *layout*, aquisição de novos mobiliários e equipamentos, a partir da solicitação de sócios; a revitalização da sala de musculação da Academia; e a reforma geral dos vestiários feminino, masculino e da família.

Dentro os investimentos diversos em manutenção com foco no bem-estar dos sócios, foram feitos: reforma da Central de Atendimento da portaria antiga; aquisição de flutuadores para os *decks*; revitalização e manutenção dos canteiros, jardins e gramados; reforma e manutenção das quadras de tênis; implementação da automação de iluminação e monitoramento de parâmetros dos equipamentos das Estações de Tratamento de Água (ETAs); manutenção geral do parquinho infantil; manutenção geral no sistema de aquecimento das piscinas; dedetização contra pragas, insetos e outros; e monitoramento do *Aedes aegypti*, mosquito transmissor das doenças dengue e chikungunya e do zika vírus.

Cursos & Academia

O pilar de Educação teve crescimento expressivo no Minas Náutico, graças aos investimentos da Diretoria que possibilitaram a criação de novos cursos e a oferta de novos serviços aos sócios. Em 1º de janeiro de 2023, o Náutico contava com 1.443 alunos matriculados; em 31 de dezembro, o número fechou em 1.834 alunos, distribuídos de acordo com a tabela a seguir.

O grande destaque foi a criação dos Cursos de Futsal, de Vôlei e de Corrida, além da expansão do Curso Básico de Esportes e de Natação. Houve também a criação de turmas femininas no Curso de Futebol Soçaite, atendendo às demandas dos sócios. E ao longo do ano, houve o crescimento no número de alunos da musculação, após a revitalização da Academia e a compra de novos equipamentos, mais modernos e alinhados às tendências do mercado. Foram também realizadas as atividades extracurriculares: Curso de Verão de Tênis e Curso de Verão de *Beach Tennis*.

CURSOS MINAS NÁUTICO – 2023	
Modalidade	Número de alunos
Atividades Coletivas	139
<i>Beach Tennis</i>	46
Corrida	12
Curso Básico de Esportes	190
Futebol Soçaite	100
Futsal	11
Karatê	29
Musculação	887
Natação	200
Personal	5
Pilates	39
Tênis	143
Vôlei	33
TOTAL ALUNOS EM 31/12/2023	
1.834	

Lazer & Esporte

Os eventos promovidos, com sucesso de organização e de público, ganham cada dia mais prestígio e participação dos associados do Minas Náutico. O ano de 2023 marcou a expansão do lazer social do Clube, com a realização da primeira edição do Happy Hour no Bar da Lagoa, com música ao vivo numa noite de sexta-feira de agosto, e da Resenha Teen para adolescentes de 13 a 17 anos, em outubro.

Também foi realizada uma Reunião de Novos Sócios, cujo objetivo é acolher as novas famílias de associados no Clube e apresentá-los as três Unidades do MTC e o Náutico e os serviços oferecidos, além de promover, nesta edição, uma atividade simbólica de plantio de mudas de ipês e de hortaliças no terreno no Clube. Já o Minas Tênis Solidário promoveu uma edição de sua tradicional feira, com a venda de produtos artesanais, entre outros, para valorizar a economia local.

O Náutico ainda recebeu seus tradicionais eventos em 2023: Bailinho de Carnaval infantil, com festival de máscaras e oficina de pintura facial; Festa da Páscoa com brincadeiras diversas e a presença do coelho para animar as crianças; Festa Julina, com show, barracas de alimentos e bebidas e a quadrilha com a participação do público; Festa das Crianças, com atividades recreativas diversas; o tradicional Aniversário do Minas, que foi adiado devido às fortes chuvas no dia do evento; e a Festa de Natal com a presença do Papai Noel. Nos meses de janeiro e julho, o Náutico recebeu cerca de 600 crianças (300 em cada edição) para a Colônia de Férias do Minas.

Na área esportiva, os torneios e eventos internos movimentaram os associados de várias faixas etárias, nas quadras e campos do Náutico e na Lagoa dos Ingleses. Dentre os principais, destacam-se o Campeonato de Futebol Interno, com a participação de 100 associados; o Campeonato T&F *Open de Beach Tennis*, com 200 inscritos; Torneio Minas do *Beach* em parceria com o Minas Tênis Solidário; o Torneios de Tênis de Simples e Duplas; o Campeonato Brasileiro Interclubes de Tênis; a Regata da

Família; e o NautFest, com atividades náuticas para os associados e competição de modalidades náuticas, como vela. Foram também realizados treinos da equipe de triathlon do Minas Tênis Clube.

Negócios e Marketing

Manter a saúde da marca do Minas Náutico é uma das principais preocupações da Diretoria. Entre as estratégias mais consolidadas de obtenção de receitas financeiras, em 2023, estão a locação dos espaços do Clube para a realização de eventos de terceiros e os patrocínios de eventos, efetivados pela contrapartida de ações de *marketing* dos parceiros.

Entre as locações do Salão de Festas do Náutico, destacam-se o evento empresarial do Sicoob e a formatura de Oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais. E foram feitas ações das seguintes marcas parceiras: Fiat, Unimed-BH, Noz do Grão, Assaí Atacadista, Maple Bear, Track&Field, Alphascan, Ambev, Alpha Mix, Alpha Sul, Ambev, Sol e Neve, Ponto do Açaí, Olegário Pizzaria, Castor Colchões, Só Marcas, Recanto Eco Resort, Zoetrip, Mip Construtora, Super Cérebro, e Royal Prestige Odonlodelake.

**Relatório dos auditores
independentes sobre
as demonstrações financeiras
individuais e consolidadas**



**minas tênis
náutico clube**



Edifício Statement
Avenida do Contorno, 5.800
16º e 17º andares - Savassi
30110-042 - Belo Horizonte - MG – Brasil
Tel: +55 31 3232-2100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas do
Minas Tênis Náutico Clube
Nova Lima (MG)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Minas Tênis Náutico Clube (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Entidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 27 de março de 2023, sem modificação.



Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-013199/O

Cláudia Gomes Pinheiro
Contador CRC MG-089076/O

Demonstrações Financeiras



Minas Tênis Náutico Clube

Relatório Anual | 2023

Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	10	139	260
Outros ativos financeiros	11	9.814	7.550
Contas a receber	12	832	676
Estoques		401	290
Partes relacionadas	13	805	769
Pagamentos antecipados		234	163
Total do ativo circulante		12.225	9.708
Depósitos judiciais	14	772	626
Total do realizável a longo prazo		772	626
Investimento		1	-
Imobilizado	15	59.276	54.339
Intangível		38	11
		59.315	54.350
Total do ativo não circulante		60.087	54.976
Total do ativo		72.312	64.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minas Tênis Náutico Clube

Relatório Anual | 2023

Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Passivos			
Fornecedores e outras contas a pagar	16	850	768
Obrigações sociais e tributárias	17	1.121	1.116
Partes relacionadas	13	12	28
Credores diversos		61	53
Total do passivo circulante		2.044	1.965
Provisão para riscos	18	685	542
Total do passivo não circulante		685	542
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	19(a)	22.569	21.813
(-) Quotas a integralizar	19(b)	(391)	(369)
Reserva de lucros	19(c)	41.476	34.737
Ajustes de avaliação patrimonial	19(d)	5.929	5.996
Total Patrimônio líquido		69.583	62.177
Total do passivo e do patrimônio líquido		72.312	64.684

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Receita líquida	20	23.170	18.010
Custo dos serviços prestados	21	(14.545)	(11.715)
Resultado bruto		8.625	6.295
Despesas gerais e administrativas	22	(3.225)	(2.390)
Despesas de negócios e marketing	23	(168)	(92)
Outras receitas e despesas	24	509	283
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		5.741	4.096
Receitas financeiras		1.353	1.089
Despesas financeiras		(422)	(318)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	25	931	771
Superavit líquido do exercício		6.672	4.867

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Superavit do exercício		6.672	4.867
Outros resultados abrangentes			
Realização reserva reavaliação	19(d)	67	66
Resultado abrangente total do exercício		6.739	4.933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Patrimônio social	(-) Quotas a integralizar	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Superavit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2021	21.477	(514)	29.804	6.062	-	56.829
Superavit do exercício	-	-	-	-	4.867	4.867
Venda de quotas	576	(576)	-	-	-	-
Cancelamento de quotas	(240)	-	-	-	-	(240)
Recebimento de quotas a integralizar	-	721	-	-	-	721
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(66)	66	-
Constituição de reservas	-	-	4.933	-	(4.933)	-
Em 31 de dezembro de 2022	21.813	(369)	34.737	5.996	-	62.177
Superavit do exercício	-	-	-	-	6.672	6.672
Venda de quotas	932	(932)	-	-	-	-
Cancelamento de quotas	(176)	61	-	-	-	(115)
Recebimento de quotas a integralizar	-	849	-	-	-	849
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(67)	67	-
Constituição de reservas	-	-	6.739	-	(6.739)	-
Em 31 de dezembro de 2023	22.569	(391)	41.476	5.929	-	69.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Superavit líquido do exercício		6.672	4.867
Ajustes para:			
Depreciações	15	2.164	1.894
Amortizações		9	11
Provisão para riscos	18	143	382
Despesas financeiras líquidas	25	931	771
Resultado na alienação de ativo imobilizado		11	-
Bens recebidos em doação		-	(28)
Restituição de quotas por cancelamentos		(115)	(240)
		9.815	7.657
Contas a receber		(299)	(329)
Estoques		(111)	(46)
Depósitos judiciais		(146)	299
Partes relacionadas		(52)	(549)
Pagamentos antecipados		(70)	(34)
Variação de ativos circulantes e não circulantes		(678)	(659)
Fornecedores e outras conta a pagar		(6)	(328)
Obrigações sociais e tributárias		5	254
Pagamentos contingências		-	(443)
Credores diversos		8	33
Variação de passivos circulantes e não circulantes		7	(484)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		9.144	6.514
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Outros ativos financeiros		(3.054)	(1.914)
Adições ao ativo imobilizado		(7.043)	(5.174)
Adições ao ativo intangível		(17)	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(10.114)	(7.088)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento de quotas a integralizar		849	721
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		849	721
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		(121)	147
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		260	113
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	10	139	260

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Minas Tênis Náutico Clube

Relatório Anual | 2023

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais

	Notas	2023	2022
Recursos		23.517	18.496
Contribuições condominiais e outras receitas de sócios		19.354	15.886
Venda de mercadorias	20	3.820	2.172
Receitas de não sócios		295	181
Outras receitas		48	257
Insumos adquiridos de terceiros		(7.362)	(5.241)
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos		(1.928)	(1.186)
Energia elétrica, gás, telefonia, água e esgoto		(1.751)	(1.646)
Despesas de manutenção		(318)	(327)
Serviços de terceiros		(2.273)	(1.191)
Outras despesas		(1.092)	(891)
Valor adicionado bruto		16.155	13.255
Depreciação e amortização		(2.173)	(1.905)
Valor adicionado líquido produzido pelo Clube		13.982	11.350
Valor adicionado recebido em transferência		1.751	1.013
Receitas financeiras	25	1.353	1.089
Outras receitas		398	(76)
Valor adicionado total a distribuir		15.733	12.363
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal		8.374	7.011
Remuneração direta		4.162	3.665
Encargos sociais		1.920	1.618
Benefícios		1.927	1.427
FGTS		365	301
Impostos, taxas e contribuições		265	167
Federais		139	79
Estaduais		109	72
Municipais		17	16
Remuneração de capitais de terceiros	25	422	318
Outros		422	318
Retenção de capitais próprios		6.672	4.867
Superavit retido do exercício		6.672	4.867
Valor adicionado distribuído		15.733	12.363

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

O Minas Tênis Náutico Clube, fundado em 30 de março de 1998, é uma associação civil sem fins econômicos, com número determinado de sócios, constituída por prazo indeterminado, que tem por finalidade proporcionar aos seus associados e dependentes esporte, lazer e educação física e cívico-cultural. A Entidade opera em sua unidade localizada na avenida Princesa Diana, 200, no Bairro Lagoa dos Ingleses, no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.

É de entendimento da administração que os recursos de contribuições condominiais recebidos de sócios, bem como o superávit de suas operações, não estão sujeitos à tributação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e demais impostos sobre o patrimônio e renda, conforme determinado pelo artigo 150, inciso IV, alínea “c”, da Constituição Federal e da isenção conferida pela Lei n° 9.532/97, a título de IRPJ (Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) sobre o superávit líquido.

2. Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), inclusive a Interpretação Técnica Geral NBC ITG 2002 R1 aplicável às entidades sem finalidade de lucro.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Entidade, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 6(f) (g) (k) (l) – teste de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota explicativa 6(f) (g) e 15 – determinação da vida útil do ativo imobilizado;
- Nota explicativa 6(j), 12 e 26(a) – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda; e
- Nota explicativa 6(l) e 18 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Entidade tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Seguro saúde: O seguro saúde é oferecido aos funcionários, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde é por modalidade e adesão dos colaboradores, extensivo a seus dependentes. A cobertura das despesas é coparticipativa na grande maioria das adesões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Entidade foram de R\$ 273 (R\$ 235 em 31 de dezembro de 2022).

Seguro de vida: A Entidade oferece a opção ao empregado de aderir a um seguro de vida com um percentual de 0,47% do seu salário. Em relação ao custo total do seguro para o colaborador, se o mesmo manter vínculo com a associação dos empregados, assume 40% deste, caso contrário, arca com 70%, assumindo a Entidade o restante.

Benefícios pós-Emprego: A Entidade não concede benefícios pós-emprego, tais como complemento de aposentadoria, seguro e assistência médica, nem remuneração com base em participações em ações de seus administradores.

b) Instrumentos financeiros**(i) Classificação e mensuração subsequente****Ativos financeiros**

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. To-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

dos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto: (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto, (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Entidade mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Entidade mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Entidade pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Entidade altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

A Entidade classifica seus ativos financeiros em: (i) valor justo por meio do resultado e (ii) custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Com exceção das aplicações financeiras classificados como caixa e equivalentes de caixa, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros são classificados como custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Entidade classifica seus passivos financeiros em Custo Amortizado, representado por Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos.

(ii) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Entidade desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Entidade transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

transferidos ou na qual a Entidade nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Entidade realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Entidade desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Entidade também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Entidade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores de contribuições condominiais no curso normal das atividades da Entidade e, quando aplicáveis, são acrescidos de encargos, multa e juros. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

Nesta conta estão consideradas as contribuições condominiais em atraso, como também a vencer. Constan também os valores a receber de não sócios referente à locação de espaços.

d) Reconhecimento de receita

A Entidade reconhece a receita quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos serviços que serão transferidos aos sócios. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, a entidade deve considerar a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor da contraprestação quando devido.

(i) Contribuições condominiais

As contribuições condominiais dos sócios são reconhecidas no mês da prestação do serviço. Os recursos são reconhecidos no mês de competência.

(ii) Recursos de patrocínio e publicidade

Referem-se aos recursos contratuais oriundos de não sócios, firmados com diversas empresas. São denominados “recursos de patrocínio” os contratos que têm como objeto o patrocínio para as equipes esportivas.

Na rubrica “recursos de publicidade” estão sendo reconhecidos os contratos de locação de espaço publicitário.

(iii) Demais atividades operacionais

Compreende as receitas de locação de espaços e guarderias, são reconhecidas na proporção que os serviços são executados.

e) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois - o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas qualificados das compras de materiais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

f) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e acrescidos de valores de reavaliação, realizadas até o exercício de 2005, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Entidade são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que possam operar de forma adequada. O valor dos itens inclui ainda, os custos de empréstimos capitalizados (durante o período de construção).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A avaliação da vida útil dos ativos é ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados pela Entidade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edificações	50
Máquinas e equipamentos	2-10
Móveis e utensílios	2-10
Veículos	3-5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “Outros recursos operacionais, líquidos” na demonstração do resultado.

g) Ativos intangíveis**Reconhecimento e Mensuração**

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Entidade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	Anos
Direitos de uso de software	5
Projetos de desenvolvimento capitalizados	5

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h) Fornecedores

Referem-se às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios da Entidade, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as obrigações a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Patrimônio social

Quando quotas reconhecidas como patrimônio social são recompradas ou ressarcidas à Entidade, o valor da contraprestação paga/compensada, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio social. As quotas recompradas são classificadas como quotas em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido.

Quando as quotas em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio social, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

j) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Entidade compreendem:

receita de juros;

- despesa de juros;
- descontos obtidos;
- despesas bancárias; e
- descontos concedidos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

k) Redução ao valor recuperável (impairment)**Ativos financeiros**

A Entidade reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado – Contas a receber. A Entidade mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Entidade considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Entidade.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Entidade revisa os valores contábeis de seus ativos não finan-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

ceiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

l) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para processos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m) Apuração do superavit

O superavit é apurado pelo regime contábil de competência e incluem os rendimentos, encargos e variações monetárias a índices e taxas oficiais incidentes sobre os ativos e passivos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Principais políticas contábeis (continuação)

n) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o) Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Entidade aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Entidade decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(a) IFRS 17 - Contratos de Seguro

O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11).

O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023
(continuação)

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.

(b) Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – política as contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.

(c) Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Entidade, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Entidade.

(d) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

- Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transa-

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023
(continuação)

ções que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade.

(e) Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem:

- Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e
- Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva.

A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente.

Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Entidade, pois a Entidade não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano.

8. Novas normas e interpretações não efetivadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da entidade, estão descritas a seguir. A Entidade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entram em vigor.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

(a) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retro arrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade.

(b) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas (continuação)

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

A Entidade está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

(c) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Entidade.

9. Transações que não envolvem caixa

A Entidade realizou aquisições para o ativo imobilizado e encerramento de contingências cíveis não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	2023	2022
Imobilizado	(86)	(128)
Fornecedores	86	128

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem os montantes em caixa, contas de depósito bancário e aplicações financeiras e estão assim apresentados em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022:

	2023	2022
Caixa	6	15
Bancos conta movimento	12	41
Aplicações financeiras (a)	121	204
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	139	260

A Entidade, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em instituições financeiras nas quais a administração entende que sejam de primeira linha no Brasil, de acordo com o rating divulgado pelas agências.

(a) As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a recursos aplicados em Fundos de Investimentos que apresentam liquidez imediata, risco insignificante de mudança de valor, sendo considerados, portanto, caixa e equivalentes de caixa. A Entidade possui opção de resgate antecipado das referidas aplicações financeiras, sem penalidade de perda de rentabilidade. Estes instrumentos tiveram uma remuneração média de 103,23% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2023 e próxima a 96,70% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, de acordo com a política de investimento da Entidade.

Os fundos são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, pós fixado e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

A Entidade adota a estratégia de aplicar seus recursos financeiros em fundos de investimento e ativos que possuem o objetivo de acompanhar as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 as aplicações financeiras estão assim apresentadas:

	2023	2022
CDB	9.814	7.550

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se a CDB - Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas e Fundos de Investimentos, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Entidade, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata, porém não há a expectativa de utilização nas operações da Entidade no curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, tais aplicações foram remuneradas pela variação do CDI com percentual em torno de 103,25% (98,65% em 31 de dezembro de 2022).

12. Contas a receber

	2023	2022
Sócios (a)	701	548
Outras contas a receber (b)	131	128
	832	676

(a) Refere-se a taxas de condomínio e outros serviços prestados aos sócios cotistas do clube.

(b) Contas a receber com terceiros, decorrentes principalmente de aluguéis de espaços.

A Entidade não apresenta histórico de perda com contas a receber, desta forma não constituiu provisão para devedores duvidosos considerando a política interna de crédito descrita na nota explicativa nº 26(a).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas se referem substancialmente a transações entre o Minas Tênis Clube e o Minas Tênis Náutico Clube e foram realizadas em bases e condições negociadas entre as partes.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo		
Taxa de utilização (i)	782	652
Outros	23	117
	<u>805</u>	<u>769</u>
Passivo		
Serviços Prestados pela Controlada		
Outras contas a pagar	(12)	(28)
Saldo líquido de operações com a Controladora	<u>793</u>	<u>741</u>

- (i) TAXA DE UTILIZAÇÃO: A taxa de utilização se refere aos valores cobrados dos sócios do Minas Tênis Clube e repassados para a Entidade, a fim de que lhes seja permitida a utilização das instalações do Minas Tênis Náutico Clube.

Remuneração dos Administradores

De acordo com art. 58 do Estatuto da Entidade, as funções de Conselheiro, Diretor, membro da Comissão Fiscal e das Comissões Permanentes serão exercidas a título gratuito, não sendo passíveis de remuneração, seja direta ou indiretamente.

14. Depósitos judiciais

A composição depósitos judiciais é demonstrada a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
INSS (a)	772	626
	<u>772</u>	<u>626</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Depósitos judiciais (continuação)**(a) Natureza das ações**

A Entidade ingressou com ações ordinárias, distribuídas sob os números 22904-02.2017.4.01.3800/ 22903-17.2017.4.01.3800/ 22905-84.2017.4.01.3800, para discutir a não incidência da contribuição previdenciária devida para terceiros que totalizam 3% da folha de pagamento (SEBRAE - 0,3%, INCRA - 0,2% e FNDE - salário educação - 2,5%), e 1% da folha a título de RAT.

Desde 06/2017 os valores devidos a esse título pela Entidade vêm sendo depositados em juízo. As ações aguardam julgamento em 2ª instância (TRF) e em razão da matéria, com reconhecida repercussão geral, devem ser suspensas até manifestação do STF sobre o tema. Após a manifestação do STF o entendimento do Tribunal Superior será aplicado a todas as ações existentes sobre a matéria. Ainda, segundo o escritório que conduz a ação, a probabilidade de ganho (a Entidade é autora das ações) é possível.

Ainda, ingressou com Mandado de Segurança, distribuído sob os números 2010.38.00.006328-8, para discutir a ilegalidade da majoração do SAT/RAT de 1% para 2%. Desde 04/2010 o Clube efetua o pagamento regular de 1% e deposita em juízo também 1%. O MS aguarda julgamento em 2ª instância (TRF) e em razão da matéria constitucional, sendo reconhecida a repercussão geral, deverá ser suspensa até a manifestação STF sobre o tema. Para os advogados que conduzem a ação, a probabilidade de ganho é provável para o Clube.

15. Imobilizado

A Entidade possui ativos reavaliados em exercícios anteriores, cujos montantes são demonstrados conforme nota explicativa 19(d).

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Imobilizado (continuação)

	Terrenos	Edifícios	Máquinas e Equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Bens em construção	Total
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2021	6.060	36.756	4.962	771	91	2.264	50.904
Custo	6.060	41.336	7.993	1.969	155	2.264	59.777
Adição	-	-	1.088	483	-	3.759	5.330
Transferências	-	258	1.759	-	-	(2.017)	-
Em 31 de dezembro de 2022	6.060	41.594	10.840	2.452	155	4.006	65.107
Depreciação Acumulada	-	(4.580)	(3.031)	(1.198)	(64)	-	(8.873)
Depreciação do exercício	-	(800)	(932)	(140)	(23)	-	(1.895)
Em 31 de dezembro de 2022	-	(5.380)	(3.963)	(1.338)	(87)	-	(10.768)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2022	6.060	36.214	6.877	1.114	68	4.006	54.339
Custo	6.060	41.594	10.840	2.452	155	4.006	65.107
Adição	-	-	1.337	206	-	5.586	7.129
Baixa	-	-	(133)	-	-	-	(133)
Transferências	-	3.172	2.075	-	-	(5.265)	(18)
Em 31 de dezembro de 2023	6.060	44.766	14.119	2.658	155	4.327	72.085
Depreciação Acumulada	-	(5.380)	(3.963)	(1.338)	(87)	-	(10.768)
Depreciação do exercício	-	(858)	(1.101)	(182)	(23)	-	(2.164)
Baixa	-	-	123	-	-	-	123
Em 31 de dezembro de 2023	-	(6.238)	(4.941)	(1.520)	(110)	-	(12.809)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2023	6.060	38.528	9.178	1.138	45	4.327	59.276

16. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição do saldo contábil de fornecedores é constituída em sua maioria de prestadores de serviço relacionados às atividades de assessoria, consultoria, manutenção e engenharia. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Fornecedores e outras contas a pagar (continuação)

	2023	2022
Serviços em geral	568	468
Imobilizado	86	128
Material de construção	38	46
Bebidas e mercadorias	122	75
Outros	36	51
Total	850	768

17. Obrigações sociais e tributárias

	2023	2022
Provisão para férias e encargos	464	452
Encargos sociais sobre salários	205	216
Rescisões trabalhistas	88	-
Tributos federais a recolher	73	70
Premiações a pagar (i)	291	378
	1.121	1.116

(i) Refere-se à iniciativa do Clube que possibilita a redução de gastos e superação das expectativas dos associados. Incentiva a cada colaborador receber uma gratificação por desempenho, obedecendo as metas globais de satisfação dos associados, meta gerencial de cumprimento de resultados por projeto e meta individual, com o foco em atendimento ao cliente, proatividade/iniciativa e inovação.

18. Provisão para riscos

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, a administração revisou suas estimativas e manteve o valor das provisões existentes em função da avaliação do risco que envolve a perda relacionada a estes processos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Provisão para riscos (continuação)

	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2021	419	-	183	602
Provisão	127	18	425	570
Reversão	(74)	-	(113)	(187)
Pagamento (i)	-	(18)	(425)	(443)
Em 31 de dezembro 2022	472	-	70	542
Provisão	217	-	-	217
Reversão	(74)	-	-	(74)
Em 31 de dezembro de 2023	615	-	70	685

(i) A Entidade realizou o pagamento de contingência cível, mediante acordo judicial devidamente homologado. O pagamento foi quitado com saldo em conta de depósito judicial, não envolvendo caixa e equivalentes de caixa e, portanto, não está refletida na demonstração dos fluxos de caixa.

Encontram-se também em andamento, em 31 de dezembro de 2023, ações cujo desfecho é considerável possível, sendo desnecessária uma provisão.

	2023	2022
Tributárias	177	154
Trabalhistas	120	-
Cíveis	-	16
	297	170

19. Patrimônio líquido**(a) Patrimônio Social**

A quantidade de quotas que compõem o patrimônio social em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro 2022 é composta da seguinte forma:

	Quantidade Quotas	
	2023	2022
Quotas do Minas Tênis Clube:		
Quotas inalienáveis do MTC	20.001	20.001
Quotas alienáveis mantidas pelo MTC	545	545
Subtotal de quotas do Minas Tênis Clube	20.546	20.546
Quotas restituídas ao MTNC	3.435	3.435
Quotas de terceiros	4.792	4.710
Total de quotas emitidas	28.773	28.691

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Patrimônio líquido (continuação)

Sobre as quotas de propriedade do Minas Tênis Clube não há incidência de taxas de condomínio, nos termos do Estatuto do Minas Tênis Náutico Clube.

Aos titulares de quotas do Minas Tênis Clube é assegurado o direito de acesso às instalações do Minas Tênis Náutico Clube, mediante pagamento de taxa mensal de utilização específica.

(b) Quotas a integralizar

Conforme estabelecido em seu Estatuto, a Entidade emitirá até 40.000 quotas, sendo 20.001 quotas inalienáveis de titularidade do Minas Tênis Clube.

O plano de expansão da Entidade prevê a venda de quotas em condições variadas de parcelamento. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo era de R\$391 mil (R\$369 mil em 2022).

Essas quotas apresentam saldo negativo no patrimônio líquido até que sejam totalmente recebidas pela Entidade.

(c) Reserva de lucros

A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o art. 55 do estatuto e pela observância da legislação societária que trata do assunto foi dado cumprimento ao estabelecido. O superavit tem sido transferido para a conta de reserva de lucros.

(d) Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 a Entidade, decidiu pela manutenção dos saldos das reavaliações de ativos existentes em 31 de dezembro de 2007.

A parcela da reserva de reavaliação referente aos bens, móveis e imóveis, é transferida (realizada) para superavit acumulado na mesma proporção em que os bens são depreciados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19. Patrimônio líquido (continuação)

	2023	2022
Saldo inicial	5.996	6.062
Realização da reserva de reavaliação	(67)	(66)
Saldo final	5.929	5.996

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que elas se referem.

20. Receita operacional líquida

	2023	2022
Total dos recursos operacionais	23.396	18.132
Menos:		
Impostos incidentes sobre a receita	(226)	(122)
Total da receita operacional líquida	23.170	18.010

Fluxos de receita

A Entidade gera receita principalmente pela taxa de condomínio e serviços oferecidos exclusivamente aos sócios.

Outras fontes de receitas incluem receita de aluguel de espaços, patrocínio e publicidade e valores imateriais relacionados a parcerias.

A receita operacional líquida da Entidade está composta da seguinte forma:

	2023	2022
Receita operacional de sócios (a)	23.175	18.058
Receita operacional de não sócios (b)	221	74
Total recursos operacionais	23.396	18.132

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Receita operacional líquida (continuação)

(a) Recursos operacionais de sócios

	2023	2022
Condomínio	15.456	13.059
Cursos e academia	3.899	2.827
Restaurante e lanchonete	3.820	2.172
Total recursos operacionais de sócios	23.175	18.058

(b) Recursos operacionais de não sócios

	2023	2022
Taxa de utilização de espaços (i)	221	74
Total recursos operacionais de não sócios	221	74

(i) Locação de espaços

O Clube mantém a locação de espaço para terceiros visando maior comodidade a seus associados oferecendo o acesso a serviços bancários, restaurante e salão de festas em suas dependências.

21. Custo dos serviços prestados

A Entidade definiu como custo apenas os gastos diretamente ou indiretamente atribuíveis à prestação de serviços aos sócios para cumprimento dos seus objetivos conforme estabelecido no art. 2º do seu Estatuto Social. Os gastos foram classificados por função conforme a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Receita operacional líquida (continuação)

	2023				2022			
	Lazer	Educação	Infra-estrutura	Total	Lazer	Educação	Infra-estrutura	Total
Pessoal	(29)	(1.888)	(5.172)	(7.089)	(20)	(1.578)	(4.278)	(5.876)
Operação	(420)	(45)	(4.784)	(5.249)	(281)	(61)	(3.520)	(3.862)
Administrativas	(1)	(34)	(51)	(86)	(2)	(6)	(44)	(52)
Manutenção	-	(2)	(224)	(226)	(2)	(5)	(237)	(244)
Impostos e taxas	(10)	-	-	(10)	(12)	-	-	(12)
Depreciação e amortização	(57)	(96)	(1.732)	(1.885)	(49)	(75)	(1.545)	(1.669)
Total dos custos	(517)	(2.065)	(11.963)	(14.545)	(366)	(1.725)	(9.624)	(11.715)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstradas:

	2023	2022
Pessoal	(1.261)	(1.126)
Operação	(1.316)	(660)
Administrativas	(338)	(333)
Manutenção	(4)	(9)
Impostos e taxas	(19)	(27)
Depreciação e amortização	(287)	(235)
Total dos custos	(3.225)	(2.390)

23. Despesas de negócios e marketing

As despesas ocorridas para geração de novos negócios e marketing em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 estão assim demonstradas:

	2023	2022
Pessoal	(25)	(10)
Operação	(53)	(8)
Manutenção	(90)	(74)
Total dos custos	(168)	(92)

24. Outras receitas e despesas

A Entidade obtém outras fontes de receitas que incluem receita de aluguel de espaços, patrocínio e publicidade e valores imateriais relacionados a parcerias.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Outras receitas e despesas (continuação)

	2023	2022
Outras receitas	713	676
Publicidade (i)	295	182
Taxa de utilização de espaços	319	233
Ressarcimento de quotas	42	233
Ativo imobilizado recebido em doação	-	28
Venda de ativo imobilizado	57	-
Outras despesas	(204)	(393)
Provisão para riscos	(143)	(382)
Impostos e taxas	(11)	(6)
Outras despesas	(50)	(5)
Outras receitas e despesas	509	283

(i) A receita compreende o valor justo da contraprestação de publicidade a receber em ações desenvolvidas diretamente pela área de marketing. A Entidade reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

25. Receitas (Despesas) financeiras líquidas

	2023	2022
Receitas financeiras decorrentes de:		
Rendimentos de aplicação financeira	1.210	900
Multas e juros s/condomínio	143	189
	1.353	1.089
Despesas financeiras decorrentes de:		
Despesas bancárias	(178)	(142)
Outras despesas financeiras	(244)	(176)
	(422)	(318)
Receitas (Despesas) financeiras líquidas	931	771

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 e a administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Entidade não aplica em derivativos. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	18	18	56	56
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado (nível 2)	9.935	9.935	7.754	7.754
Contas a receber	Custo amortizado	832	832	676	676
Total do ativo		10.785	10.785	8.486	8.486

Passivo	Categoria dos instrumentos financeiros	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	Custo amortizado	850	850	768	768
Total do passivo		850	850	768	768

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (continuação)

As operações da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

(a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Entidade em incorrer em perdas financeiras caso um sócio ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de sócios e não sócios e de instrumentos financeiros da Entidade.

O saldo de contas a receber da Entidade é constituído por saldos a receber decorrentes de contribuições condominiais em atraso e outras contas a receber. A política de controle consiste no fato de que, caso o sócio se mantenha inadimplente por um período superior a 360 dias, o mesmo perde a propriedade da quota. Nesse caso essa quota poderá ser recolocada à venda pela Entidade. O valor de venda das quotas é suficiente para cobrir o saldo devedor do associado.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A Entidade não possui bens ou outros ativos dados em garantia de suas operações para a obtenção de crédito.

Caixa e equivalente de caixa

A Entidade detém caixa e equivalentes de caixa individual de R\$ 139 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 260 em 31 de dezembro de 2022). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha no Brasil, de acordo com o rating divulgado pelas agências.

A Entidade considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Entidade julgou não ser necessário a constituição de provisão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos (continuação)

Títulos e valores mobiliários

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Entidade não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Entidade. Para determinar a capacidade financeira da Entidade em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Entidade dispõe de recursos líquidos para honrar parte dos compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

(c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de superavit) e capital de terceiros que a Entidade faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Entidade monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado previstos em contratos de empréstimos e financiamento.

27. Cobertura de seguros

A Entidade possui um gerenciamento de riscos com o objetivo de mitigá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas em

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Cobertura de seguros (continuação)

apólice conjunta com a Controladora Minas Tênis Clube por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. É política da Entidade manter cobertura de seguros para bens do imobilizado em montante considerado suficiente pela administração frente aos riscos envolvidos (incêndio, raio e explosão, danos elétricos, vendaval e afins, recomposição de registros e documentos, roubo e furto, quebra de vidros, anúncios luminosos e tumultos, greves e atos dolosos), bem como para responsabilidade civil. Em 31 de dezembro de 2023, a composição da cobertura de seguros contratada pela Entidade para os referidos riscos ocorridos em sua sede perfazia o valor de R\$38.717. O Limite Máximo Indenizável - LMI para os locais segurados informados acima, é demonstrado como segue:

	Valor
Incêndio / Raio / Explosão / Queda de Aeronaves	166.896
Vendaval / Furacão / Granizo	1.000
Danos Elétricos	500
Greves e Tumultos	500
Perda e Pagamento de Aluguel	100
Equipamentos estacionários	100
Recomposição de Registros e Documentos	100
Roubo e furto qualificado de bens	100
Quebra de vidros, mármore e espelhos	100
Rompimento/vazamento de tanques e tubulações	100
Anúncios / Letreiros	50
	169.546

O Clube também está segurado quanto a reparação por danos corporais, materiais e/ou morais causados a terceiros, com LMI como segue:

	LMI
Operações – estabelecimentos comerciais, industriais ou de empresas concessionárias ou de prestação de serviços	5.000
Eventos artísticos, esportivos, exposições, feiras ou similares	5.000
Empregador	5.000
Danos causados aos artistas, atletas e/ou desportistas	5.000
Clubes, agremiações e/ou similares	5.000
Auditórios, cinemas, teatros, bares e restaurantes	5.000
Guarda de veículos de terceiros	500

A Entidade possui ainda Seguro de Responsabilidade Civil dos Administradores, com Limite Máximo de Garantia - LMG de R\$ 5.000.

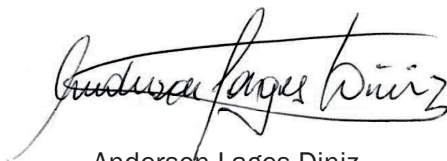
PARECER DA COMISSÃO FISCAL

Após análise das demonstrações financeiras do exercício de 2023, a Comissão Fiscal do MINAS TÊNIS NÁUTICO CLUBE concluiu que as mesmas apresentam de forma adequada a posição financeira da Entidade, bem como os resultados das suas operações e fluxos de caixa.

Com base nessa análise, a Comissão Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023.

Subscrito e assinado em

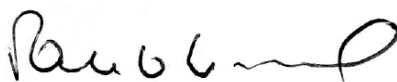
Nova Lima, 25 de abril de 2024



Anderson Lages Diniz



José Roberto da Aparecida Lopes



Paulo César dos Santos

Análise dos Principais Grupos:

Imobilizado e Intangível
Recursos Operacionais
Despesas Operacionais
Projetos Incentivados



minas tênis
náutico clube

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Imobilizado e Intangível

No exercício de 2023, o Minas Tênis Náutico Clube investiu no seu Ativo Imobilizado e Intangível a importância de R\$7.146, de acordo com os planos e metas traçados pela administração, conforme demonstrado abaixo:

1.1 Outras Imobilizações

Descrição	Valor
Benfeitorias e Manutenção Estrutura do Clube	1.322
Equipamentos de Ginastica	954
Mobiliários do Restaurante	448
Reforma dos Vestiários	291
Equipamentos de Informática	281
Benfeitorias Area Náutica	146
Iluminação e Controle de Irrigação Campo de Futebol	99
Sistema de Aquecimento/ Bombas ETA	60
Estação Meteorológica	58
Sistema Automação e Monitoramento Elevadores	56
Sistema CFTV	20
Aquisição de Armários	3
Aquisições abaixo de R\$ 10.000,00	2
TOTAL	3.740

1.2 Plano Diretor

Plano Diretor MTNC	3.018
Arquibancada	2.400
Projeto Engenharia/Topografia/Plotagem/Licenciamento	592
Auditoria	26
Bar da Lagoa	388
Bar da Lagoa	351
Móveis	37
TOTAL PLANO DIRETOR MTNC	3.406

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Recursos operacionais

Os recursos operacionais representam a entrada de recursos provenientes dos sócios e de não sócios.

O total do exercício atingiu o montante de R\$24.011 dos quais R\$23.174 provenientes de contribuições dos sócios (taxas de condomínio, aluguel de espaço, eventos e outros), conforme detalhado abaixo:

Recursos operacionais	2023	% s/Recursos	2022	% s/Recursos
Sócios quotistas	14.901	62,06	12.064	65,05
Sócios contribuintes	4.355	18,14	3.731	20,12
Subtotal	19.256	80,20	15.795	85,17
Taxa de utilização – Fundação Dom Cabral	98	0,41	91	0,49
Total recursos condominiais	19.354	80,60	15.886	85,66
Recursos de serviços (restaurante)	3.820	15,91	2.172	11,71
Total recursos operacionais de sócios	23.174	96,51	18.058	97,37
Recursos de Não Sócios – Taxa utilização espaços	541	2,25	306	1,65
Recursos de Não Sócios – Outros	296	1,23	181	0,98
Total	24.011	100	18.545	100

Quanto às receitas provenientes de não sócios, são caracterizadas pela entrada de recursos de aluguel de espaços, publicidade, parcerias e outras receitas operacionais que totalizaram R\$837 (R\$487 em 2022).

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2. Recursos operacionais (continuação)

(a) Receita operacional de sócios

Recursos sociais

Os recursos sociais são provenientes de contribuições dos sócios (taxas de condomínio, taxas de transferência, emissão de carteiras sociais, convites, cursos, eventos e outros. Em 2023, os recursos de sócios apresentaram um aumento de 28,3% em relação ao exercício de 2022.

	2023	2022
Condomínio (i)	14.960	12.573
Cursos e academia (ii)	3.933	2.827
Restaurante e lanchonete	2.820	2.172
Outras receitas	1.462	486
Receita operacional de sócios	23.175	18.058
Menos		
Impostos incidentes sobre a receita	(236)	(128)
Receita operacional de sócios - líquida	22.939	17.930

(i) Condomínio

	2023	2022
Taxa de condomínio	14.274	12.124
Taxa de transferência	495	287
Carteiras sociais, convites e outros	191	127
Outros	-	35
Condomínio	14.960	12.573

(ii) Cursos e academia

	2023	2022
Receita total	3.933	2.827
Custos e despesas totais	(1.980)	(1.634)
Total	1.953	1.193

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3. Quadro de sócios

O quadro de sócios do Clube, em 31 de dezembro de 2023 está assim composto:

Sócio	Titulares	Dependentes	Total
Minas Tênis Clube	20.546	-	20.546
IMPAR – Projeto Lagoa dos Ingleses	35	-	35
AGM – Participações Ltda	7	-	7
Quotista	4.624	6.784	11.408
Quotista D*	126	-	126
Quotas em carteira	14.662	-	14.662
Total de quotas	40.000	6.784	46.784
Sócio Contribuinte	5.009	14.609	19.618
Fundador	34	53	87
Total concessões	5.043	14.662	19.705
TOTAL	45.043	21.446	66.489

*Estão registrados 126 “Quotistas D” na coluna de Titulares, também considerados no quadro de Dependentes.

4. Acessos ao Clube

Durante o exercício de 2023, foram registrados 297.360 acessos às instalações do Clube, em relação a 225.112 acessos registrados no mesmo período de 2022.

5. Despesas operacionais

As despesas operacionais representam a saída de recursos para saldar as despesas assumidas pelo Clube. O total do exercício de 2023 atingiu o montante de R\$18.140 (R\$12.422 em 2022).

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Despesas operacionais (continuação)**5.1 Despesas com pessoal**

As despesas com pessoal no exercício de 2023, em comparação com 2022 estão assim demonstradas:

Discriminação	2023	% Recursos operacionais (*)	2022	% Recursos operacionais (*)
Salários + horas extras	3.806	18,82	3.253	17,30
Estagiários	37	0,15	26	0,14
Menor aprendiz	29	0,12	13	0,07
Premiações	291	1,21	374	1,99
Encargos sociais	2.286	9,50	1.919	10,21
Subtotal	6.449	26,80	5.585	29,71
Alimentação	610	2,54	296	1,57
Vale transporte/Locação transporte	756	3,14	626	3,33
Cesta básica	282	1,17	267	1,42
Assistência médica e odontológica	273	1,13	235	1,25
Seguro de pessoal	5	0,02	3	0,02
Subtotal	1.926	8,00	1.427	7,59
Total despesas com pessoal	8.375	34,80	7.012	37,30

(*) Recursos Operacionais.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o quadro de funcionários do Clube, era assim composto:

Discriminação	2023	2022	Variação
Efetivos + temporários	111	111	-
Afastados	3	3	-
Total	114	114	-

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Despesas operacionais (continuação)**5.2 Despesas de operação**

Discriminação	2023	% Recursos operacionais (*)	2022	% Recursos operacionais (*)
Água / esgoto / energia elétrica / gás	1.605	6,75	1.505	8,08
Eventos sociais, culturais e recreativos	267	1,12	159	0,85
Serviços Prestados	2.177	9,16	1.102	5,92
Segurança interna / externa	25	0,11	17	0,09
Premiações e brindes	15	0,06	6	0,03
Telefone / fax / correio	149	0,63	147	0,79
Material de limpeza e conservação	119	0,50	102	0,55
Material químico p/ piscinas	72	0,30	55	0,30
Vasilhames, utensílios e descartáveis	68	0,29	50	0,27
Material esportivo e recreativo	77	0,32	74	0,40
Serviços Médicos e assistência	97	0,41	92	0,49
Mercadorias e bebidas	1.928	8,11	1.186	6,37
Outras despesas com operação	18	0,08	36	0,19
Total	6.617	27,84	4.531	24,33

(*) Recursos Operacionais = Total dos recursos operacionais - Recursos de Publicidade (vide Demonstração do Superavit).

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Despesas operacionais (continuação)

5.3 Despesas administrativas

Discriminação	2023	% Recursos operacionais (*)	2022	% Recursos operacionais (*)
Refeições e lanches	2	0,01	5	0,03
Assessoria e consultoria	82	0,35	99	0,53
Material de escritório e informática	11	0,05	9	0,05
Condução	4	0,02	2	0,01
Uniformes funcionais	64	0,27	22	0,12
Material de segurança e CIPA	9	0,04	27	0,14
Manutenção de veículos	37	0,16	34	0,18
Entidades de classes, despesas legais e judiciais	11	0,05	23	0,12
Aluguéis e taxas (**)	197	0,83	160	0,86
Despesas com patrimônio	6	0,03	4	0,02
Outros gastos administrativos	3	0,01	-	-
Total	426	1,82	385	2,06

(*) Recursos Operacionais = Total dos recursos operacionais - Recursos de Publicidade (vide Demonstração do Superavit).

(**) Refere-se a taxas do condomínio Alphaville que transitam em julgado e estão sendo reconhecidas como contingência cível.

5.4 Despesas de manutenção

Discriminação	2023	% Recursos operacionais (*)	2022	% Recursos operacionais (*)
Manutenção – Instalações e equipamentos	160	0,67	182	1,26
Manutenção – Informática	9	0,04	7	0,05
Manutenção – Ar Condicionado	50	0,21	65	0,45
Manutenção – Móveis e utensílios	10	0,04	17	0,12
Manutenção – Elevadores	38	0,16	13	0,09
Manutenção – Telefonia / rádios e vídeo	4	0,02	-	-
Manutenção – Software	26	0,11	17	0,12
Material de pintura e conservação	15	0,06	21	0,15
Outros materiais de manutenção	6	0,03	5	0,03
Total	318	1,34	327	2,27

(*) Recursos Operacionais = Total dos recursos operacionais - Recursos de Publicidade (vide Demonstração do Superavit).

Relatório Gerencial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Despesas operacionais (continuação)

5.5 Despesas de impostos e taxas

Discriminação	2023	% Recursos operacionais (*)	2022	% Recursos operacionais (*)
Impostos e taxas federais	139	0,58	73	0,39
Impostos e taxas estaduais	97	0,41	49	0,26
Total dos impostos sobre a receita	236	0,99	122	0,65
Impostos e taxas federais	-	-	6	0,03
Impostos e taxas estaduais	12	0,05	23	0,12
Impostos e taxas municipais	17	0,07	16	0,09
Total dos impostos e taxas	29	0,12	45	0,24
Total geral dos impostos e taxas	265	1,11	167	0,89

(*) Recursos Operacionais = Total dos recursos operacionais - Recursos de Publicidade (vide Demonstração do Superavit).



minas tênis
náutico clube